

CULTURA E SEGURANÇA PÚBLICA: UM DEBATE SOBRE A ORDEM SOCIAL

CULTURE AND PUBLIC SAFETY: A DISCUSSION ON THE SOCIAL ORDER

Bruno Gawryszewski*

Resumo

O artigo tem por objetivo discutir a relação entre a cultura e a segurança pública no âmbito dos discursos presentes das autoridades de Estado. O referencial teórico-metodológico do estudo é a análise do autor italiano Antonio Gramsci da obtenção da direção e do consenso para o exercício da hegemonia. A presente discussão foi situada em torno das políticas de combate à pobreza e à violência, bem como o papel da cultura nas instâncias internacionais. A partir da análise dos discursos sobre políticas de cultura e segurança pública, entende-se que a cultura vem servindo ao Estado como instrumento de hegemonia política, amparado por políticas de segurança pública. Conclui-se que as duas políticas dão continuidade ao projeto de manutenção da ordem social capitalista.

Palavras-chave: *Ordem Social, Hegemonia, Gramsci, Cultura, Segurança Pública.*

Abstract

The article aims to discuss the relationship between culture and public safety present in the discourse of State authorities. The theoretical-methodological basis for the study lies in the work of the Italian author Antonio Gramsci, in which he deals with the achievement of direction and consensus that leads to hegemony. The study hovers around the policies for eradicating poverty and violence, as well as on the role of culture in international forums. From the analysis of discourse on culture and politics of public security, it is understood that culture has been an instrument of political hegemony in the state, supported by a policy of public security. It follows

that the two policies give continuity to the project that seeks to maintain the social order of capitalism.

Key words: *Social Order, Hegemony, Gramsci, Culture, Public Safety.*

I Introdução

Os discursos midiáticos sobre cultura e segurança pública acendem polêmicas e verdades como fatos dados. Um deles é aquele que estabelece uma relação causal entre o investimento em educação, esporte e cultura e o controle social da violência urbana. Polemizando com esta “verdade” que já ganhou ares de senso comum, pretende-se neste trabalho discutir a conjunção entre cultura e segurança pública para a manutenção da ordem social capitalista.

A análise tomará como fonte empírica discursos proferidos por autoridades que representam o poder do Estado Nacional, ao ensaiarem uma integração de políticas interministeriais para dar conta de demandas e resoluções discutidas em âmbito internacional, especialmente após se ouvir o sinal de alerta de que a exacerbação da pobreza e a desigualdade econômica abissal ameaçam o equilíbrio considerado estável para a conservação de uma coesão social que não abale os preceitos fundantes do capitalismo.

O texto privilegiará como referencial teórico a interpretação de Gramsci para a formação e caracterização do Estado moderno, bem como os mecanismos de direção e consenso para o exercício da hegemonia. Para isso, faz-se necessário um tópico à parte sobre o pensamento gramsciano.

2 O Pensamento Político de Gramsci

A fonte de inspiração para Antonio Gramsci foi a vivência do movimento operário e socialista na Itália até 1926, quando foi preso. Na prisão, buscou a resposta sobre o porquê de o movimento revolucionário na Itália e na Europa Ocidental não ter repetido o êxito da Rússia bolchevique. Após se deter na análise da composição do Estado moderno, sua originalidade foi perceber que havia determinações e condições distintas entre os países. O Estado na Rússia ainda se caracterizava sob as descrições de Marx, Engels e Lênin como um “comitê das classes dominantes”, em que os aparelhos repressivos exerciam forte controle sobre quaisquer atividades civis, o que limitava a participação política em organizações clandestinas e partidos de vanguarda. Contudo, Gramsci já maneja a política num contexto social e geográfico que vivencia uma intensa socialização da política que resultara em algumas conquistas, como o sufrágio universal, a criação de grandes partidos de massa e a ação efetiva de numerosos sindicatos. Portanto, se, na Rússia, o Estado ainda aparecia fundado em bases mais “restritas”, a Europa Ocidental permite a Gramsci afirmar que há um “Estado ampliado” (Coutinho, 1996).

A partir da teoria gramsciana, o Estado ampliado é constituído em duas esferas em seu interior: a sociedade política e a sociedade civil. A primeira seria formada pelo conjunto de aparelhos que exercem o monopólio legal da violência e da repressão, constituindo-se em aparelhos coercitivos do Estado, como a polícia, o exército e o poder judiciário. Por sua vez, a sociedade civil designa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, compreendendo os partidos políticos, as escolas, as igrejas, os veículos de comunicação e organizações não-governamentais, dentre outras.

A ampliação do conceito de Estado está circunscrita na contribuição que Gramsci oferece para pensar o método revolucionário de ação prática. Nos países em que não se desenvolveu uma sociedade civil autônoma e forte e a esfera do ideológico se apresenta muito dependente dos ditames da sociedade política, a luta de classes se trava de modo à tomada fulminante do Estado. Essas sociedades seriam as “sociedades orientais”, como a Rússia. O seu oposto seriam as sociedades ocidentais, como a Europa Ocidental, que já apresentam uma relação equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, e o

movimento revolucionário dirige sua luta em boa medida ao controle sobre os aparelhos privados de hegemonia (APH).

Os APH são organismos que possuem uma dimensão econômica, mas também político-cultural, fator determinante na compreensão gramsciana para a conquista da hegemonia. As classes buscam exercer sua hegemonia por meio da direção e do consenso das atividades da sociedade civil, em que se pode incluir estratégias, como a formação de veículos de imprensa, disputas no projeto político-pedagógico dentro das instituições de ensino, a formulação de leis no âmbito parlamentar ou a constituição de organizações não-governamentais em comunidades populares.

Para o autor italiano, o Estado se incumbe da tarefa de criar e forjar novos e mais elevados tipos de civilização, de modo que essa civilização e a moralidade da sociedade estejam imbuídas de prestarem serviço às necessidades da contínua reprodução e do desenvolvimento do modo de produção. Conseqüentemente, o Estado também elabora novos tipos de humanidade, o que orienta a formação de um novo *ethos* civilizatório.

Paralelamente à concepção de um outro patamar da sociedade, Gramsci (2000) também problematiza como essa civilização opera em nível ideológico sobre os homens e, principalmente, como os mobiliza em favor desse processo social. A resposta a esse dilema pode ser encontrada em parte na formulação de leis que atestem as mudanças provenientes dos novos tempos. Responde que

[a] Questão do “direito”, cujo conceito deverá ser ampliado, nele incluindo aquelas atividades que hoje são compreendidas na fórmula “indiferente jurídico” e que são de domínio da sociedade civil, que atua sem “sanções” e sem “obrigações” taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade etc. (p. 23-24).

Desse modo, para Gramsci, o Direito exerce um papel decisivo para criar ou manter um certo tipo de civilização e de cidadão, pois, assim, se definirão quais são os costumes e as condutas aceitáveis socialmente. Conclui que “o Direito é o aspecto repressivo e negativo

de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado” (p. 28). Daí, parte-se para uma análise de conjuntura sobre o que está se formulando em termos de políticas para a manutenção da hegemonia capitalista.

3 Uma Breve Análise de Conjuntura

Os anos 1980 e 1990, foram, a exemplo no Brasil, amplamente hegemonizados pela ideologia neoliberal e seu “Estado Mínimo”, que assolou a minguada rede de proteção social, desregulamentou as negociatas do capital financeiro, enfraqueceu o poder de contestação dos sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos, terminando por abarcar a maioria deles a partir da eleição de Lula em 2002. Necessário salientar que os grandes protagonistas do avanço do neoliberalismo foram os próprios governos nacionais, as frações burguesas locais e os organismos internacionais. Todos, sem exceção, fizeram seu papel de vozes dos interesses asfixiantes do capital em garantir seu impulso irrefreável de expansão e acumulação de riquezas.

Contudo, esse projeto de hegemonia do capital começou a dar sinais de esgotamento ainda no final da década de 1990. Brenner (1999) já alertava que “a economia dos Estados Unidos hoje está deslizando para a recessão e, se se deixar isso se materializar, a consequência poderia ser desastrosa para a economia mundial” (p. 8). Vários acontecimentos se materializavam como um prelúdio para a grande crise pela qual o capitalismo passa nos dias atuais, como o *crash* das economias da Rússia, dos “Tigres Asiáticos”, do Brasil e o *boom* da bolha estadunidense, causada pela valorização desmedida das ações das empresas com ações na Nasdaq.

Nesse sentido, o dilema a que os senhores do mundo se apegavam era como garantir a constituição de novas alternativas políticas de bases ideológicas diferenciadas para conter o aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais. A exacerbação da pobreza, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho e a intensificação da polarização interna e externa nos países capitalistas eram indícios de que a coesão social precisaria ser equilibrada em novas bases, o que provocou uma reviravolta no interior da classe

dominante em buscar saídas para abrandar as consequências das políticas macroeconômicas do atual estágio do capitalismo globalizado.

É nessa perspectiva que se considera o Encontro de Cúpula do Milênio, realizado em setembro de 2000, um marco nos ajustes ideológicos das orientações de políticas econômicas e sociais dos principais organismos multilaterais. Também conhecida como Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU, elas se materializam em campanhas mobilizadoras como a que se refere aos “Oito jeitos de mudar o mundo”. Nesse Encontro, foi firmado um acordo com quase duas centenas de países, estabelecendo como prioridade de desenvolvimento para o novo milênio eliminar a extrema pobreza e a fome do planeta até 2015.

Em linhas gerais, o que se observa nessas mudanças de orientação de política social é o foco nas camadas mais pobres com a ideia de desenvolvimento econômico agregado ao desenvolvimento social local, a volta de uma atuação incisiva das instituições públicas, ampliada com o envolvimento da “sociedade civil” e a participação dos próprios pobres na solução de problemas imediatos. Há uma gama maior de sujeitos envolvidos para implementar uma política de “administração da pobreza”.

Essa política de “administração da pobreza” mostra-se funcional à continuidade da hegemonia do grande capital sob uma roupagem discretamente diferente. O ideário é que sem estabilidade política não haveria estabilidade financeira e, logo, era preciso buscar uma situação de preservação da governabilidade do Estado, ou, leia-se, preservação do capitalismo, pois a pobreza acentuada e as altas polarizações sociais poderiam prejudicar as bases de sustentação do sistema capitalista, fomentando uma perda da ainda parca credibilidade dos governos liberais-burgueses e o seu *modus operandi* de garantir a governabilidade. Por isso, frisa Kliksberg (2000):

la estabilidad financiera no es posible sin estabilidad política. Ella, a su vez, está muy ligada a los grados de equidad y justicia social. (...). Es necesario atacar, al mismo tiempo, los problemas económicos y financieros y los sociales, y avanzar en las transformaciones institucionales (p. 27: grifos nossos).

4 Pobreza e Violência Urbana

As políticas de ajuste macroeconômico não seriam possíveis sem a prévia definição de uma territorialização da pobreza, a partir da definição de que as favelas e as áreas de maior concentração de habitações populares fossem conceituadas como territórios fragmentados e delimitadas por fronteiras invisíveis, mas, ao mesmo tempo, reais (Leher, 2008). Invisíveis porque oficialmente pertencem e estão integradas à cidade; porém reais porque são alvos de uma política de duplo movimento que combina abandono e esquecimento de uma efetiva intervenção do Estado com a incursão sucessiva de aparatos policial-militares amparada no combate ao crime organizado. São usualmente designadas como Complexos ou Comunidades.

Essas áreas vêm se caracterizando por receberem políticas públicas de baixo custo e focalizadas, preferencialmente empreendidas com a participação da população local na esfera de uma sociedade civil abstrata e descarnada.

Contudo, a manifestação mais alardeada proveniente dessas comunidades populares é a de serem celeiros do crime organizado que dissemina a alarmante situação da violência urbana. Se, por um lado, os veículos de comunicação divulgam uma verdadeira “cultura do medo”, a resposta impingida pelas autoridades locais tem sido uma política de segurança pública com alto grau de letalidade nas suas “megaoperações”. Sob o manto da “guerra contra as drogas”, tem-se empreendido em larga escala a criminalização das populações que habitam as favelas, identificadas como principal foco do tráfico de drogas e da difusão da violência. Dessa forma, o combate ao tráfico tem servido como pretexto para ações que atentam contra os direitos humanos.

A exemplo, a maior autoridade do Estado do Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral Filho, declarou que o objetivo das operações policiais não seria acabar com o tráfico, mas deixar a cidade com níveis *civilizatórios* de criminalidade. Nesse caso, as ações letais das forças policiais seriam um mal necessário para se chegar a esse patamar (Ribeiro, Dias e Carvalho, 2008).

Um reflexo das consequências causadas pelas “megaoperações” foi a tentativa de retomada do controle social do Complexo do Alemão em junho de 2007, quando o governo estadual mobilizou cerca de 1.280 policiais civis e militares, além de 170 integrantes da Força Nacional de Segurança Pública. O Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU), Philip Alston, expõe que, ao indagar ao Secretário de Segurança do Rio de Janeiro sobre o porquê da instauração de um confronto de tamanha magnitude, é informado que o Complexo seria um dos 19 centros distribuidores de armas e drogas no município. Entretanto, Alston (2008) não titubeia em avaliar que:

Do ponto de vista de controle do crime, a operação foi um fracasso. A polícia apreendeu 2 metralhadoras, 6 pistolas, 3 fuzis, 1 submetralhadora, 2.000 cartuchos, 300 quilos de drogas e uma quantidade não especificada de explosivos. Portanto, o número de pessoas mortas foi superior ao de armas apreendidas e, no dia seguinte, havia apenas uma presença mínima da polícia na favela (p. 14).

Ao final dessa operação, pelo menos dezenove pessoas morreram nos confrontos e existem indícios de que outras teriam sido executadas extrajudicialmente. Além do mais, há denúncias sobre abusos cometidos pelos policiais, como invasão domiciliar, danos e roubos a bens materiais, saques ao comércio local e ameaças quanto a futuros depoimentos de investigação.

5 Cultura e Capital Social: elementos para a recomposição da hegemonia do capital

Dentro de um quadro tão complexo, a cultura é ensejada como um conjunto de valores que inspiram a estrutura e o comportamento de uma sociedade, colocando-se como um fator decisivo de coesão dessa ordem social, o que a colocaria numa condição nada progressista diante das contradições vividas em nossa sociedade.

A relevância da cultura para os setores considerados desafortunados seria um ponto-chave para explicar o fomento e/ou resgate a identidades coletivas e da autoestima, já que

a marginalidade e a pobreza seriam fatores que depõem contra a valorização e a diversificação cultural. Nesse sentido, advogam pela implementação de políticas sociais que tenham como um objetivo relevante a reversão desse processo e a elevação da autoestima grupal e pessoal das populações (Kliksberg, 2000).

Portanto, mais relevante do que a materialização da expressão cultural dos segmentos sociais, o que parece sustentar de sobremaneira a efetivação de políticas ou iniciativas culturais são os supostos efeitos gerados no entorno da sociedade. Nesse sentido, o conceito de capital social surge com a função de amarrar as proposições políticas em torno de valores e interesses em comum.

As diversas concepções atualmente difundidas para o capital social, apesar de não serem idênticas, mais se complementam do que se excluem. Robert Putnam (2007) compreende que o capital social é um instrumento necessário para o bom desempenho das instituições, com base numa *comunidade cívica* em que certos princípios sejam respeitados, tais como solidariedade, confiança, tolerância, cooperação, participação e associativismo. Higgins (2005), por sua vez, salienta que o capital social é um fator proeminente para o estabelecimento de redes de confiança e colaboração, “ativa” (leia-se, dilui) a fronteira do público e do privado, aproximando “sociedade civil” e Estado. Fukuyama (2000) corrobora necessidade de se recuperar os valores associativistas e de confiança, o que só poderia ser sanado com um *superávit* de capital social.

O quadro apontado favorece o estímulo da cultura como marco mediador imprescindível para integração das parcelas dos segmentos sociais considerados excluídos do funcionamento básico da sociedade, especialmente os jovens, notadamente os mais afetados pela retração dos postos de trabalho. Por isso, há em voga uma demanda pela expansão de espaços culturais no intuito de que esses jovens possam se expressar lúdica, esportiva e culturalmente, proporcionar a essa população sentimentos de pertencimento e crescimento pessoal e ainda fomentar um resgate de valores comunitários e vínculos com as instituições tradicionais, fragilizadas nos últimos tempos, como a família e a escola.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) vem trabalhando sistematicamente em prol dessa concepção de intervenção da cultura como amenizador dos problemas estruturais da sociedade. O Programa “Abrindo Espaços” foi uma iniciativa da UNESCO no Brasil com o objetivo de abertura das escolas públicas nos fins de semana para que a comunidade identificasse na instituição um espaço de sociabilidade e, em especial para os jovens, que estes canalizassem seus sentimentos de indignação, protesto, revolta e afirmação de identidades pela construção de modos que não operem por meio da violência e da criminalidade. A abertura das escolas nos fins de semana foi uma estratégia levada adiante após a verificação de que a maior parte das mortes violentas de jovens ocorre nos fins de semana, decorrentes de acidentes de trânsito, brigas entre gangues rivais e homicídios relacionados ao tráfico de entorpecentes (UNESCO, 2001).

6 Discursos sobre Cultura e Segurança Pública: a voz do Estado

A tarefa proposta para esta parte final é analisar alguns discursos proferidos pelo governo federal e apresentados pelos veículos de comunicação, nos quais se pode conjugar a cultura e a segurança pública presentes na afirmação da contenção da violência urbana e na afirmação da paz social.

Os discursos selecionados fazem parte de iniciativas conjuntas entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Justiça (MJ). Essa ação se deu por conta da exigência de Lula de que cada ministério apresentasse um plano de política pública que se integrasse ao carro-chefe do seu segundo mandato, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), e de que os ministérios trabalhassem em programas mais integrados entre si.

No caso do MinC, foi lançado em outubro de 2007 o programa “Mais Cultura”, também conhecido como “PAC da Cultura”, em que o governo federal se compromete a investir R\$ 4,7 bilhões até 2010. Contudo, esse programa ainda se mostra incipiente e restrito a algumas iniciativas, tais como o fomento de leitores e a construção de bibliotecas. A principal ação do ministério ainda parece ser o “Cultura Viva”, em vigor desde 2004. Este

tem como principal chamariz os “Pontos de Cultura” que consistem em espaços que promovam atividades e impulsionem ações ou expressões culturais já existentes na comunidade local.

Pelo lado do MJ, foi lançado o Pronasci (o PAC da Segurança) – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – sob a perspectiva de reunir ações de prevenção, controle e repressão da violência, articulando ações de segurança pública com ações sociais já promovidas pelo governo federal. O público-alvo do programa são os jovens de 15 a 24 anos que estejam classificados como vulneráveis à criminalidade ou já em conflito com a Lei.

O primeiro destaque é dado ao ministro da Justiça, Tarso Genro, que declarou, em entrevista à *Folha* (9/7/2007), que haveria o uso da força extrema para “liberar os territórios hostis”, a fim de, posteriormente, ampliar as políticas públicas focalizadas e de alívio à pobreza. O conceito do Pronasci tem como pressuposto que as favelas e as comunidades populares devem ser retomadas militarmente, mesmo que à custa de inevitáveis “excessos”. Esse *modus operandi* de pacificação de territórios mostra-se, no mínimo, preocupante com os eventuais resvalos a que são submetidos a população local.

O segundo destaque fica por conta da entrevista concedida em outubro de 2007, pelo então secretário de Políticas Culturais do MinC (agora secretário Executivo), Alfredo Manevy. Este declarou em entrevista a Paulo Henrique Amorim que

o Pronasci, lançado há dois, três meses atrás, é um programa inovador porque conjuga ações de segurança e polícia com ações sociais de cidadania. Estão planejados 384 pontos de cultura que são apoios para aqueles grupos na comunidade, grupos culturais, ONGs que desenvolveram técnicas e tecnologias de pacificação, de mediação de conflito por meio da cultura (...) uma ação intensificada a partir dos indicadores do Ministério da Justiça naquelas comunidades mais degradadas, onde historicamente o Estado só chegou com a Polícia, e uma das razões para a degradação é essa ação unilateral do Estado que foi histórica, durante décadas, chegando com a Polícia, com aparato da Justiça, combinado agora com todos os outros serviços que são necessários, demandas da sociedade brasileira (Brasil/MinC, 2007).

O terceiro e último destaque vai para a abertura da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), que foi realizada no dia 19 de agosto, no Hotel St. Peter, em Brasília, com a presença do ainda ministro interino da Cultura, Juca Ferreira, e do ministro da Justiça, Tarso Genro, no qual estes se propuseram discutir ações transversais entre os dois ministérios. O encontro seria parte do ciclo de interlocução dos parceiros do Programa Mais Cultura com o CNPC, a fim de consolidarem as políticas culturais. Juca Ferreira compreende que

... a Cultura é um instrumento muito importante, em certos momentos até mais importante do que a própria polícia, porque ela tem a capacidade imensa de qualificar os ambientes, mesmo onde a sociedade não consegue responder e atender todas as demandas da comunidade (Brasil/MinC, 2008).

Por sua vez, Tarso Genro não ficou atrás em ressaltar que a parceria com o MinC seria “estratégica” para a implementação da nova proposta de segurança pública no país. Para ele, “o Brasil só terá segurança, paz social e justiça com o reconhecimento e a valorização das comunidades que vivem nas periferias das grandes cidades” (Brasil/MinC, 2008).

Quando se relacionam os discursos sobre cultura e segurança pública, é lícito supor a compreensão da primeira como estratégia da segunda para o exercício da hegemonia política. Por conta dessa referida categoria é que se fez a opção de discutir a questão sob a perspectiva teórica fundamentada em Antonio Gramsci.

Tendo em vista os discursos veiculados midiaticamente, podemos angariar indícios de o que está em jogo é a questão da manutenção desta ordem social. Esse domínio, numa leitura gramsciana, se estabelece nas ações coercitivas (ocupação policial-militar) conjugadas com estratégias de consentimento (entrada de ações sociais), em que uma não existe sem a outra, compondo uma mesma totalidade para a hegemonia e fugindo da interpretação errônea de que nas sociedades de tipo ocidental em que o domínio pela persuasão é majoritário, a repressão inexistiria ou seria esporádica e pontual. Pode-se apontar que esse esquema binário inexistente quando Gramsci (2000) aponta que

o exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela **combinação** da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (p. 95: grifo nosso).

O terreno montado para o chamado exercício da hegemonia dependerá em boa medida do sucesso dos aparelhos privados de hegemonia, os portadores materiais da sociedade civil. Esses aparelhos, atuando na difusão dos interesses, valores simbólicos e ideologias dos grupos sociais, possuem um papel de fiel da balança, pois, ao mesmo tempo em que veiculam a ideologia dominante, se constituem em foco decisivo para luta de classes, já que possuem relativa autonomia em face do Estado. Essa é a motivação principal de Gramsci para defender que o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas também deve exercer direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que se opõem ao capitalismo.

A ampliação do conceito de Estado e a redefinição de sociedade civil com relação a Marx – que designava a base material ou a infraestrutura ou, ainda, o conjunto das relações econômicas capitalistas – para a compreensão de que sociedade civil designaria uma esfera da superestrutura (Coutinho, 1996) que compõe o Estado ajudam a decifrar as estratégias difundidas de a cultura operar como um mecanismo de coesão social em consonância com as políticas de segurança pública, já há muito desgastadas pelos intermináveis confrontos nos bairros e comunidades populares e submetendo a população local a uma frequente tensão e paralisação de uma rotina que se possa chamar de aceitável.

A retórica exposta pelas declarações dos ministros é composta pela apologia de valores e princípios como sociabilidade, inclusão, paz social, solidariedade, cooperação, valores tidos como fundamentais à vida em sociedade e que corriqueiramente são propalados como sendo trabalhados por meio da fruição, da expressão e da vivência cultural. A cultura parece se constituir numa tábua de salvação para promover um suposto resgate da cidadania da juventude pobre, ao mesmo tempo em que se solidifica como um apêndice às

políticas de segurança pública. Assim, conclui-se que o que está em jogo é a questão da *ordem social*.

7 Conclusão

A manutenção do padrão de acumulação por espoliação (Harvey, 2005), o que inclui a fatia de 47% do Orçamento para o pagamento da dívida pública e a hiperexploração do trabalho, mostra-se incapaz de abrir caminhos promissores para a melhoria das condições sociais dos trabalhadores e da juventude. As contradições extremas geram tensões e conflitos sociais de grandes proporções e os Estados lançam mão do uso crescente da violência contra os trabalhadores, em particular os habitantes de favelas, negros e jovens. Nesse sentido, é que desde já aponta-se a necessidade de (re) pensar a função social da cultura no sentido de lidar e/ou trazer à tona as contradições inerentes da sociedade atual.

Com efeito, entende-se que a interpretação gramsciana é uma chave importante para a compreensão do que se passa e do que se pretende com esse modo de fazer política. Por um lado, consolida-se a ocupação dos chamados “territórios hostis” por meio de aparato policial-militar, em que se aponta para um embate direto com quaisquer manifestações hostis ao poder público, o que (infelizmente) acaba por incluir as manifestações contra o abuso do poder coercitivo e a favor do respeito aos direitos humanos; por outro, a manutenção da ordem, ao que parece, se forja por meio do fomento de uma empatia quanto à necessidade de uma ocupação permanente dessas áreas, a fim de permitir a entrada das chamadas ações sociais, o que coloca a cultura como mediadora de possíveis animosidades e, ao mesmo tempo, potenciadora da diversidade presente na comunidade. Mas vale a pergunta mediadora do quê e para quê? Caso seja para consolidar o *status quo*, noções como “promoção da diversidade cultural e social”, “elevação da autoestima”, “sentimento de pertencimento”, “cidadania”, “emancipação social”, no limite, servirão apenas para a continuidade do projeto hegemônico do início de século.

Referências

- ALSTON, Philip. *Missão ao Brasil*. Conselho de Direitos Humanos/ONU. 2008.
- BRASIL. Cultura e Segurança Pública. *Ministério da Cultura*, 20 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/2008/08/20/cultura-e-seguranca-publica>>. Acesso em: 2 dez. 2008.
- BRASIL. *MINC explica como vai funcionar o PAC da Cultura*. Disponível em: <<http://fredthiens.blogspot.com/2007/10/minc-explica-como-vai-funcionar-o-pac.html>>. Acesso em: 23 out. 2007.
- BRENNER, Roberto. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão. *Revista Outubro*, v. 1, n. 3, p. 7-18, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.
- FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HIGGINS, Silvio. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.
- KLIKSBERG, Bernardo. El rol del capital social y de la cultura em el proceso de desarrollo. In: KLIKSBERG, Bernardo; TOMASSINI, Luciano (Org.). *Capital social y cultura: claves estrategicas para el desarrollo*. Buenos Aires: BID, Fundación Felipe Herrera, Universidad de Maryland, Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 19-58.
- LEHER, Roberto. Capitalismo dependente e direitos humanos: uma relação incompatível. In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 25-32.
- MOTTA, Vânia C. *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo*. Tese (Doutorado em Serviço Social)—Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PROGRAMA prevê ocupações como a do Alemão, diz Tarso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0907200702.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIBEIRO, Camilla; DIAS, Rafael; CARVALHO, Sandra. Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: o caso do Governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 6-15.

UNESCO. *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. Brasília: UNESCO, 2001.

VILAÇA, Murilo. *Capital social, esporte e juventude: possíveis relações teórico-práticas para as sociedades de controle*. Rio de Janeiro, s/d. 33 p. (mimeo)

Dados do autor:

*Bruno Gawryszewski

Doutorando em Educação – UFRJ – e Servidor público federal do Ministério da Cultura

Endereço para contato:

Escola Nacional de Circo

Praça da Bandeira, 4

20.270-150 Rio de Janeiro/RJ – Brasil

Endereço eletrônico:

brunog81@yahoo.com.br

Data de recebimento: 8 dez. 2008

Data de aprovação: 22 maio 2009